

**CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR CESREI - LTDA
CESREI FACULDADE
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO**

FRANCISCO DE SOUZA DINIZ JÚNIOR

**ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL DA POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA
LEITE DA PARAÍBA DURANTE O PERÍODO DE 2004 A 2010**

Campina Grande – PB
2022

FRANCISCO DE SOUZA DINIZ JÚNIOR

**ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL DA POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA
LEITE DA PARAÍBA DURANTE O PERÍODO DE 2004 A 2010**

Trabalho Monográfico
apresentado à Coordenação do
Curso de Bacharelado em
Administração da Cesrei
Faculdade, como requisito
parcial para a obtenção do grau
de Bacharel em Administração
pela referida instituição.

Orientadora: Ma. Maria Zita
Almeida Batista dos Santos

Campina Grande – PB
2022

-
- D585a Diniz Júnior, Francisco de Souza.
Análise do impacto social da política pública do Programa Leite da Paraíba durante o período de 2004 a 2010 / Francisco de Souza Diniz Júnior. – Campina Grande, 2022.
21 f. : Il. color.
- Monografia (Bacharelado em Administração) – Cesrei Faculdade – Centro de Educação Superior Cesrei Ltda., 2022.
"Orientação: Profa. Ma. Maria Zita Almeida Batista dos Santos".
Referências.
1. Políticas Públicas. 2. Programa do Leite da Paraíba. 3. Produtores Rurais. I. Santos, Maria Zita Almeida Batista dos. II. Título.

CDU 32:351.84(043)

FRANCISCO DE SOUZA DINIZ JÚNIOR

**ANÁLISE DO IMPACTO SOCIAL DA POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA
LEITE DA PARAÍBA DURANTE O PERÍODO DE 2004 A 2010**

Aprovado em: 15 de dezembro de 2022.

BANCA EXAMINADORA



Me. Maria Zita Almeida Batista dos Santos
Cesrei Faculdade
Orientadora



Me. Lenio Assis de Barros
Cesrei Faculdade
1º Examinador



Me. Magna Sueli Clemente Barros
Cesrei Faculdade
2ª Examinadora

*Sábio não é quem sabe para
onde ir, mas quem aprendeu
para onde não deve voltar.*

AGRADECIMENTOS

Ao Centro de Educação Superior CESREI por ter aberto as portas para mim e me dado à oportunidade de realizar um sonho;

À orientadora deste trabalho de conclusão de curso, Profa. Me. Maria Zita Almeida Batista dos Santos, que com muita dedicação, positividade e conhecimento me fez acreditar que era possível a realização deste trabalho;

Aos professores Mara Karine Lopes Veriato Barros, Maria Zita Almeida Batista dos Santos, Lênio Assis de Barros, por me darem a honra em tê-los como membros da minha banca;

A todos os professores que me deram aula durante o curso, passando conhecimento com muita dedicação e competência; principalmente as professoras que abdicaram dos seus próprios interesses em prol da nossa formação, levarei esta lembrança para o resto minha vida. De todos os ensinamentos que tivemos, este foi a que mais marcou.

Em especial, à professora Juaceli Araújo de Lima, por todo seu carinho e dedicação a nossa turma. Senti muito a sua falta neste momento tão importante na qual a senhora se empenhou tanto para concretizar;

Aos funcionários desta instituição que sempre foram muitos prestativos e simpáticos;

Aos meus colegas de turma por todo acolhimento que tiveram por mim, fazendo me sentir mais jovem e sempre me tratando sem diferenças. Foram momento muitos bons que passamos juntos;

Aos meus pais, Francisco de Souza Diniz e Luci Maria Burgos Diniz, agradeço todo amor, esforço, dedicação, persistência, por nunca terem desistido de mim, apesar da demora entrego a vocês meu demorado diploma.

Aos meus quatro filhos que muito amo, Gabriela, Camila, Abel e Tiago, que se formaram antes de mim, me proporcionando muito orgulho. Eles foram um grande estímulo para buscar uma formação superior e como meu avô dizia “estudar para enterrar a ignorância da família”.

À minha esposa Denise, que tanto me orgulho, agradeço pelo amor dedicado, pela paciência e ajuda sempre que precisava. Sua experiência como docente fez a diferença.

E por fim, agradeço A DEUS, o mais importantes de todos os agradecimentos feitos, por me dá condições de alcançar a graça dessa conquista e me fazer sentir todos os dias de minha vida o quanto ele é presente.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar o impacto da política pública do Programa Leite da Paraíba durante o período de 2004 a 2010, a partir de seus resultados sociais. Sendo este um programa de política pública implementado no Estado da Paraíba em 2004. A pesquisa foi motivada, inicialmente, por o pesquisador ter sido instigado a fazer essa análise por ter feito parte do referido programa durante um período de seis anos, e querer analisar quais os impactos do programa do leite na vida dos agricultores familiares, assim como também na vida dos beneficiários. Para tanto, objetivou-se compreender os impactos sociais do programa de leite. Para obter os resultados, a coleta de dados foi obtida após uma entrevista informal junto aos beneficiários, através dos responsáveis pelas crianças e idosos atendidos. Concomitantemente foram ouvidos, também, produtores e comerciantes envolvidos no Programa.

Palavras-chave: Política Pública. Programa do Leite da Paraíba. Produtores Rurais.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the impact of the public policy of the Leite da Paraíba Program during the period from 2004 to 2010, based on its social results. This being a public policy program implemented in the State of Paraíba in 2004. The research was motivated, initially, by the researcher having been instigated to carry out this analysis for having been part of the referred program during a period of six years, and wanting to analyze which the impacts of the milk program on the lives of family farmers, as well as on the lives of beneficiaries. Therefore, the objective was to understand the social impacts of the milk program. To obtain the results, data collection was obtained after an informal interview with the beneficiaries, through those responsible for the children and elderly people assisted. At the same time, producers and salespeople involved in the Program were heard.

Keywords: Public policy. Paraíba Milk Program. Farmers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO I – POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVE HISTÓRICO E CONCEITOS	10
CAPÍTULO II - POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR	13
2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO PILAR NA CONDUÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS.....	14
CAPITULO III – IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA LEITE DA PARAÍBA DURANTE O PERÍODO DE 2004 A 2010.....	16
3.1 BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA LEITE DA PARAÍBA.....	16
3.2 IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA LEITE DA PARAÍBA DE 2004 A 2010	17
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	20
REFERÊNCIAS.....	21

INTRODUÇÃO

No período de 2004 a 2010, o governo Federal lançou dentre várias Políticas Públicas, entre elas, o FOME ZERO. Esse programa buscou garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. Com esse objetivo foi desenvolvido na Paraíba o PROGRAMA LEITE DA PARAÍBA.

Este é um programa de política pública implementado no Estado da Paraíba em 2004. É um programa Federal, com administração descentralizada, implementado em Estados que possuem o perfil de demandas propostas pelo programa. O cenário inicial encontrado para pensar nesse projeto partiu com base em duas demandas sociais. Por um lado, havia falta de mercado para os agricultores familiares e, por outro, na mesma região desses agricultores, existia índices altos de desnutrição.

Assim, além de garantir o acesso as crianças e idosos em situações de vulneráveis alimentar, estimulou a produção leiteira de vários pequenos produtores rurais, gerando emprego e renda e assim melhorando a qualidade de vida e fixando o homem no campo.

A partir desse cenário, o programa estabeleceu como finalidade principal garantir a compra da produção leiteira dos pequenos produtores que integram o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, e entregue em cidades com o IDH baixo, doando um litro de leite por dia, especificamente aos grupos vulneráveis, como as mães gestantes carentes, para crianças de 06 meses até 6 anos de idade, e para idosos. O intuito principal é a diminuição da desnutrição local, beneficiando tanto as pessoas carentes, quanto aos pequenos produtores.

Este trabalho se filia a compreensão de que a atuação Estatal, a partir das políticas públicas para consolidação de direitos básicos, exerce papel importante especificamente nos momentos de crise. Assim, a partir de uma problemática nordestina, o Programa Leite da Paraíba conseguiu valorizar a

tarefa que já fazia parte da rotina do produtor rural, repassada de geração em geração e por outro lado, diminuir os índices de desnutrição.

Os efeitos dessa política foram benéficos uma vez que garantiu o escoamento da produção dos agricultores familiares, melhorando a economia local e inibindo o êxodo rural, e também combatendo a desnutrição. Assim, a relevância do trabalho está em compreender os impactos desse programa nas cidades paraibanas.

A pesquisa foi motivada por o discente ter feito parte do programa Leite da Paraíba, durante um período de seis anos. Diante deste cenário, quais os impactos do programa do leite na vida dos agricultores familiares, assim como também na vida dos beneficiários?

Compreende-se a necessidade de avaliação de políticas públicas como importante pilar na condução de programas sociais eficientes, que buscam a possibilidade de continuar revendo seus próprios caminhos, elaborados desde suas criações e executados nas implementações. A partir disso, diante da demanda de avaliação de todas as políticas públicas como resposta aos objetivos pelos quais foram criados, a avaliação desta em especial possibilita compreendermos os impactos positivos na população para que mais programas possam ser justificados a partir de seus próprios resultados na sociedade, o programa trouxe benefícios para os pequenos agricultores e para as pessoas carentes que são os principais beneficiários do Programa.

Diante disso, objetivamos analisar o impacto da política pública do programa do leite nas cidades da Paraíba durante o período de 2004 à 2010 a partir de seus resultados sociais. Como objetivos específicos projetamos conhecer o programa de leite da Paraíba, compreender os impactos sociais deste programa a partir de relatos dos beneficiários, produtores e dos agentes de saúde e por fim analisar se houve melhoria na qualidade de vida das pessoas beneficiadas pelo programa Leite da Paraíba a partir de entrevistas com produtores e beneficiários.

CAPÍTULO I – POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVE HISTÓRICO E CONCEITOS

O termo *políticas públicas* remete a um conceito recente nas Ciências Políticas. A partir da segunda metade do século XX a produção acadêmica norte-americana e europeia se debruçou sobre estudos que tinham por objetivo analisar e explicar o papel do Estado, uma vez que suas instituições administrativas impactam e regulam diversos aspectos da vida em sociedade.

A política pública enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica nasce nos Estados Unidos, rompendo a tradição europeia de estudos e pesquisas nessa área, que se concentravam, muito mais na análise sobre o Estado e suas instituições do que na produção dos governos.

As políticas públicas de modo geral são atravessadas pelos campos da economia (políticas econômicas), administração (políticas administrativas), do direito e das ciências sociais, sendo as que mais se aproximam da vida cotidiana as políticas sociais, a exemplo da saúde, educação, saneamento básico, transporte, entre outros.

Considera-se que a área de políticas públicas contou com quatro grandes "pais" fundadores: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton.

Laswell (1936 apud Souza, 2006), introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo.

Simon, (1957 apud Souza, 2006), introduziu o *policy makers*, que seria o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos. Para o autor a racionalidade dos decisores públicos é sempre limitada por problemas como informação incompleta ou imperfeita, tempo para a tomada de decisão, auto-interesse, etc.

Lindblom (1959; 1979 apud Souza, 2006) questionou a ênfase no racionalismo de Laswell e Simon e propôs a incorporação de outras variáveis, como as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo decisório o que não teria necessariamente um fim ou um princípio. Nesse sentido, as políticas públicas precisariam incorporar outros elementos,

além das questões de racionalidade, como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse.

Easton (1965 apud Souza, 2006) definiu a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente. Segundo o autor, políticas públicas recebem *inputs*¹ dos partidos, da mídia e dos grupos de interesse, que influenciam seus resultados e efeitos.

Tomando por premissa esses conceitos, pode-se dizer que o pressuposto analítico que regeu a consolidação dos estudos sobre políticas públicas é o de que, em democracias estáveis, o que o governo faz, ou deixa de fazer, é passível de ser analisado cientificamente por pesquisadores.

Na área governamental, a introdução da política pública como ferramenta das decisões do governo é produto da Guerra Fria e da valorização da tecnocracia como forma de enfrentar suas consequências. Ela foi introduzida no governo dos Estados Unidos, por Robert McNamara, que em 1948, estimulou a criação da RAND Corporation, organização não governamental financiada por recursos públicos e considerada a precursora dos *think tanks*².

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Peters (1986) a define como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos.

As definições de políticas públicas guiam o nosso olhar para o *locus*³ onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, nesse sentido, os governos. Mesmo tendo abordagens diferentes, as definições de políticas públicas geralmente assumem uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes (indivíduos, instituições, interações, interesses).

Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, pode-se dizer, segundo Souza (2006) que a política pública é o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, "colocar o governo em ação" e/ou analisar essa ação e, quando

¹ Entradas

² Instituições que desempenham um papel de advocacy para políticas públicas, além de terem a capacidade de explicar, mobilizar e articular os atores.

³ Lugar específico

necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações. A formulação de políticas públicas constitui-se, então, nos governos democráticos traduzindo seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças na realidade das pessoas.

CAPÍTULO II - POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR

A Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - Losan⁴ (n.11.346/2006) estabelece a alimentação como um direito humano fundamental, inerente à dignidade da pessoa humana. Além disso, em seu Art. 3º, sob o conceito de segurança alimentar e nutricional a Losan, acrescenta que

é dever do Estado garantir o acesso de todos os cidadãos a uma alimentação adequada, acesso regular e permanente aos alimentos de qualidade, em quantidade suficiente sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. (LEI Nº 11.346, 2006)

A aprovação da Losan possibilitou a instauração do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), dentro de uma perspectiva brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional sustentável, que vem sendo discutida desde 1939.

A garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada é condição primeira para o exercício da cidadania. No relatório especial para a ONU consta que:

o direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva. (BRASIL, 2002)

⁴ <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>

Nessa perspectiva, a incorporação da nutrição nos objetivos, prioridades e metas foi reconhecida como fundamental para que o desenvolvimento e a superação da pobreza sejam alcançáveis e alcançados.

O saber empírico nos aponta que o combate aos problemas que assolam a segurança alimentar e nutricional requer o equilíbrio de um conjunto de políticas e investimentos para alcançar uma inclusão e promover a redução da pobreza e da desigualdade social.

2.1 POLÍTICAS PÚBLICAS COMO PILAR NA CONDUÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS

O Brasil tem um grande histórico entre os países com uma maior desigualdade na distribuição de renda do mundo, ocupando o alto do ranking das nações. Segundo ROCHA (2006, p. 52), “a extrema desigualdade na distribuição de renda provoca uma dinâmica socioeconômica própria que a associa à persistência da pobreza absoluta”.

Apesar desse precedente, nos últimos anos nota-se uma conscientização por parte do governo, e bem maior por parte da sociedade, em relação ao cenário da desigualdade social e econômica do país, compreendendo, portanto que há uma necessidade urgente de reverter essa situação, criando mecanismos de participação e controle social, programas, projetos e ações que indique um movimento de transformações positivas. (CAMARGO, 2004, p. 68).

Observa-se que as Políticas Públicas têm como principal objetivo a realização de ações para determinado seguimento social. Por esse conceito se extrai como exemplo de política pública os programas sociais do Governo Federal que dentre outros, busca-se a redução da desigualdade social, através da transferência de renda para pessoas em extrema pobreza. (LIMA, xxxx)

A fome é um problema social que está vinculado à concentração da propriedade privada da terra e da renda. Considerando o processo histórico para analisar a fome, constatamos que esse fenômeno não é recente. A fome

que afeta milhões de pessoas em todo o mundo, não está somente ligada à falta de alimento, mas também, a má alimentação dos indivíduos.

Nesse cenário, o processo de criação de ações de políticas públicas conhecidas como 'políticas de combate à fome' se interligam, e que, conforme Sousa (2017), vieram a surgir no Brasil, somente nos anos 1980, vindo a ganhar o termo nutricional, apenas nos anos de 1990. A partir de então, a fome, a agricultura, a segurança alimentar e nutricional e a soberania alimentar foram temáticas contempladas na agenda nacional, principalmente, no período que corresponde ao final do século XX e início do século XXI. Diante dessa premissa, vale salientar a importância do Programa Leite da Paraíba, corpus dessa pesquisa, que dissertaremos a seguir.

CAPITULO III – IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA LEITE DA PARAÍBA DURANTE O PERÍODO DE 2004 A 2010

3.1 BREVE HISTÓRICO DO PROGRAMA LEITE DA PARAÍBA

O Programa Leite da Paraíba foi implantado na Paraíba através de convênio firmado pelo governo do estado da Paraíba com o governo federal, no ano de 2004, na gestão do governador Cassio Cunha Lima. Foi implantado como uma política pública que visava sanar de maneira dual os problemas sociais presentes na região do nordeste brasileiro, e também como ações estratégicas das políticas setoriais do programa Fome Zero e do Programa de Aquisição de Alimentos do então presidente Luiz Inácio da Silva.

Figura 1: Leite distribuído no Programa Leite da Paraíba



Fonte: pb.gov.br/leitedaparaiba

O programa é um subprograma do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que foi instituído pelo Decreto nº 1946/96, pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso como forma de propiciar ao Estado Brasileiro uma condição de produção por núcleo familiar.

Executado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Programa de Políticas Públicas, tem como objetivo sanar mazelas

sociais, melhorando as condições nutricionais de segmentos vulneráveis da sociedade, como as gestantes, crianças e idosos desnutridos.

Como o objetivo era doar um litro de leite por dia para cada beneficiário, crianças com idade de seis meses a seis anos e idosos a partir de 70 anos, tendo como exigência estarem cadastrados no Programa Bolsa Família, foi recrutado agricultores familiares enquadrados no PRONAF como fornecedores do produto, assim criou-se uma atividade econômica em torno do programa promovendo demanda e mercado consumidor para uma matéria prima gerada no campo.

Os pequenos produtores da agricultura familiar precisavam estar previamente cadastrados no DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) pelo Emater, este documento tem como objetivo assegurar a sua condição de agricultor familiar, dando-lhe acesso não só ao programa, mas também a juros baixíssimos nas instituições financeiras. Tendo como exigências principais, ter no máximo 320 hectares de terra e 50% da renda familiar ser gerada da própria propriedade.

3.2 IMPACTO DA POLÍTICA PÚBLICA DO PROGRAMA LEITE DA PARAÍBA DE 2004 A 2010

Com o Programa Leite da Paraíba, o Governo do Estado busca reduzir as deficiências nutricionais das populações carentes, com prioridade para crianças e idosos. A equidade no Programa é mensurada por meio de índices que permitem identificar o grau de necessidade de cada município, de modo a beneficiar as populações mais carentes.

Após entrevista feita, informalmente, com cinco produtores e cinco beneficiários envolvidos no Programa de distribuição do Leite, entre 2004 e 2010, perguntados sobre a melhoria da vida destes, a partir do surgimento desta nova atividade econômica, a resposta foi unânime de que eles puderam desenvolver e/ou crescer no comércio de ração e produtos veterinários.

Para os pequenos produtores rurais surgiu a chance de ter mais uma fonte de renda para o sustento da sua família. Uma renda mais segura e

garantida com preço fixo, possibilitando uma renda fixa mensal. A partir daí os produtores tinham acesso maior à ração, medicamentos, médico veterinário, crédito bancário com juros baixos, além de melhoramento na qualidade do rebanho.

Para eles, as ações implantadas pelo Programa resultaram em enormes ganhos sociais e econômicos para o estado e a sociedade paraibana, decorrentes da implantação e operação de pequenos e médios laticínios que passaram a absorver a produção local e ocupar o mercado formal no estado, antes abastecido quase que integralmente por empresas de outras regiões.

Sobre a situação dos beneficiários alcançados antes e depois da implementação do Programa, tanto em relação à melhoria social, quanto a nutricional, das famílias carentes atendidas, pudemos observar, quando perguntado aos representantes das famílias beneficiárias, entre os anos de 2004 a 2010, responsáveis por crianças de seis meses aos seis anos, e idosos a partir dos 70 anos, que eles tiveram acesso gratuito a um alimento importante que além de evitar possibilidade de desnutrição, com o tempo, promoveram ganho de peso como foi observado pelos agentes de saúde da época.

O estado nutricional influencia diretamente as condições de crescimento, desenvolvimento e risco de morbimortalidade da população como um todo, e seu acompanhamento configura-se como ferramenta essencial de gestão, subsidiando e planejando a execução e avaliação de ações em saúde (NASCIMENTO et al., 2009).

Ter o direito a esse alimento saudável de forma regular e diária fez a diferença na vida destas pessoas, principalmente as crianças a partir dos seis meses, visto a necessidade de respeitar o direito da criança ao aleitamento materno que é de suma importância para o desenvolvimento físico, nutricional, imunológico e emocional da criança. Para o Ministério da Saúde (BRASIL, 2002), provavelmente, nessa faixa etária, ocorra uma maior procura das mães pelos serviços de saúde em função da maior morbidade observada nesse período e exista uma maior vigilância dos serviços de saúde, com programas voltados para as ações básicas, controle de doenças, vacinação, incentivo ao aleitamento materno e acompanhamento do crescimento.

Analisando o programa podemos observar que se por um lado teve um impacto social e econômico muito bom durante o período de 2004 a 2010, por outro lado observou-se que houve um decréscimo muito grande se comparado com os índices atuais (anexo 1). Pressupõe-se que algumas falhas podem ser pontuadas que desestimularam a adesão dos pequenos produtores de leite e usinas beneficiadoras de leite ao programa. A burocracia, a demora de pagamento e casos de corrupção são alguns problemas vivenciados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos compreender os impactos sociais do Programa do Leite na Paraíba a partir de relatos dos beneficiários, produtores e dos agentes de saúde, a fim de colher dados sobre alguns efeitos no período em que o programa esteve em voga, ou seja, de 2004 a 2010.

Assim sendo, este trabalho se filia aos estudos de análises de políticas públicas, a fim de compreender seus efeitos na vida da comunidade alvo para que se possa relatar sobre os investimentos do setor público e assim apresentar a importância ou a falha de seus impactos.

Para conclusão deste estudo tivemos certa dificuldade no acesso aos produtores e beneficiários cadastrados, tendo em vista a temporalidade do início e fim da pesquisa, entretanto, apesar da pequena amostra pode-se observar que todos os pesquisados se enquadravam no que precisávamos para traçar essa análise.

Vale salientar que a identificação das possibilidades de melhoria no desempenho do Programa Leite da Paraíba e a análise desta pesquisa não são suficientes para produzir uma conclusão sobre o programa. Estas são apenas uma amostra, com probabilidade de ampliação em pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde, Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil**. Série Cadernos de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde; 2002.

CAMARGO, J. M. **Política social no Brasil: prioridades erradas, incentivos perversos**. São Paulo Perspec.. 2004, v.18, n.2, p. 68-77.

LIMA, I. F de. **A influência dos programas sociais para o aumento da taxa populacional no Brasil**. Artigo apresentado na Semana Acadêmica da Universidade Regional do Cariri. Disponível em: https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/a_influencia_dos_programas_sociais_para_o_aumento_da_taxa_populacional_no_brasil.pdf. Acesso em: 02 de nov. de 2022.

SIMON., V.G.N.; SOUZA, J.M. P.; SOUZA, S. B.; Aleitamento materno, alimentação complementar, sobrepeso e obesidade em pré-escolares. **Revista de Saúde Pública**, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa>. Acesso em: 28 nov 2022.

PETERS, B. G. American Public Policy. Chatham, N.J.: Chatham House. 1986. IN: SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. 2006.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil**. Afinal do que se trata? 3ª ed. Rio de Janeiro: FGV editora, 2006.

SILVA, S. D. da. **O Programa do Leite e as estratégias de fortalecimento da pecuária leiteira e (re)produção da agricultura familiar camponesa no município de Cabaceiras (PB)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba (PPGG/UFPB). 2006. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/18922/1/SuayzeDouglasDaSilva_Dissert.pdf

SOUSA, J. R. G. de. **Políticas públicas e desenvolvimento local: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Cajazeiras-PB**. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, 2017.

SOUZA, C.. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Dossiê Sociedade e Políticas Públicas • Sociologias** (16) • Dez 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/6YsWyBWZSdFgfSqDVQhc4jm/>. Acesso em 02 de nov. de 2022.